

A IMPORTÂNCIA DAS DIVERSIDADES
NAS ANÁLISES SOBRE JUVENTUDES
E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

*LA IMPORTANCIA DE LA DIVERSIDAD
EN LOS ANÁLISIS DE LA JUVENTUD
Y LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA*

*THE IMPORTANCE OF DIVERSITIES
IN ANALYZES OF YOUTH AND
POLITICAL PARTICIPATION*

*Olivia Cristina PEREZ**

RESUMO: O presente trabalho reúne dados e análises derivados de um acúmulo de pesquisas documentais e empíricas sobre a relação das juventudes com a política e suas formas de participação. Mostramos que nesse campo é importante considerar as diversidades: das juventudes, das suas práticas políticas, da relação dos jovens com a esfera parlamentar e dos seus posicionamentos políticos e ideológicos. A ênfase nas diversidades, especificamente na inclusão delas nas decisões coletivas, também é um dos ensinamentos das juventudes sobre como aprimorar a democracia - o que denominamos de democratização das instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Participação Política. Diversidades.

RESUMEN: *Este trabajo reúne datos y análisis derivados de una acumulación de investigaciones documentales y empíricas sobre la relación entre los jóvenes y la política y sus formas de participación. Mostramos que en este campo es importante*

* Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina – Piauí – Brasil. Professora Adjunta nos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e no programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Tem estágio pós-doutoral no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO/CINDE). Bolsista produtividade do CNPQ. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>. Contato: oliviaperez@ufpi.edu.br.

considerar las diversidades: de los jóvenes, sus prácticas políticas, la relación entre los jóvenes y la esfera parlamentaria y sus posiciones políticas e ideológicas. El énfasis en la diversidad, específicamente en su inclusión en las decisiones colectivas, es también una de las lecciones que aprenden los jóvenes sobre cómo mejorar la democracia, lo que llamamos democratización de las instituciones.

PALABRAS CLAVE: *Juventud. Participación política. Diversidades.*

ABSTRACT: *This work brings together data and analyzes derived from an accumulation of documentary and empirical research on the relationship between young people and politics and their forms of participation. We show that in this field it is important to consider diversities: of young people, their political practices, the relationship between young people and the parliamentary sphere and their political and ideological positions. The emphasis on diversity, specifically on its inclusion in collective decisions, is also one of the Youth's teachings on how to improve democracy - what we call the democratization of institutions.*

KEYWORDS: *Youth. Political Participation. Diversities.*

Introdução

O presente trabalho aborda alguns aspectos da participação política por parte das juventudes, mais especificamente a relação delas com a política institucional e fora delas e os ensinamentos sobre como aprimorar a democracia. Mostramos nas análises a importância de se considerar as diversidades das juventudes e a inserção delas nas decisões coletivas.

Uma definição comum das juventudes leva em conta a idade dos indivíduos. No Brasil, o Estatuto da Juventude de 2013 (Brasil, 2013) considera jovem o grupo populacional com idade entre 15 e 29 anos. Mas essa é uma definição limitada pois não abarca os traços sociais que caracterizam o grupo. Neste trabalho partimos de uma definição social e relacional como a de Pablo Vommaro (2015), que considera a juventude como uma relação dinâmica, histórica, social e culturalmente construída. Logo, trata-se de uma categoria social e em constante transformação.

Ainda em relação à definição das juventudes, não as entendemos como um bloco homogêneo. Ciente da diversidade das juventudes, optamos neste trabalho por denominá-las sempre no plural.

Explorando melhor esse ponto, no imaginário comum os jovens são associados a homens, brancos, estudantes e que não precisam trabalhar. No entanto, a

experiência de ser jovem é outra para mulheres, pretas, indígenas, pobres, moradoras de periferias, trabalhadoras, deficientes e população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexos, assexuais e outras possibilidades de gêneros e sexualidades dissidentes). Logo, as juventudes são diversas entre si e clivagens sociais como raça, gênero, sexualidade, região, vínculo com mercado de trabalho, deficiência e classe social impactam no modo como as juventudes se constroem e se expressam (Araújo; Perez, 2023). Essa perspectiva é importante para pontuar as desigualdades sociais que perpassam a experiência de ser jovem.

Ressaltamos que os marcadores de raça, gênero, sexualidade, região, vínculo com mercado de trabalho, deficiência e classe social não devem ser analisados de forma isolada, pois eles se interseccionam - assim como vêm mostrando os ensinamentos dos movimentos feministas negros (Crenshaw, 2002). Essas ponderações resultam em análises que diferenciam, por exemplo, as experiências de uma jovem negra que mora na periferia daquelas de um jovem branco morador de uma região privilegiada.

Entendemos também a participação política de uma forma ampla considerando que são diversas as formas de participação política das juventudes assim como seus posicionamentos políticos e ideológicos.

A participação política pode acontecer por meio do voto e participação em protestos ou ativismos nas redes sociais digitais. Ainda nesse sentido de amplitude, pode-se participar politicamente por meio da vinculação com partidos políticos, movimentos sociais, coletivos ou de modo individual.

A participação pode ser na defesa de ideais vinculados à esquerda ou à direita no espectro político e ideológico. Conforme Bresser-Pereira (2006) os grupos políticos de esquerda podem ser entendidos pela disposição em arriscar a ordem em nome da justiça social e os de direita como àqueles que defendem o status quo. Embora exista uma certa associação do comportamento político das juventudes com ideais à esquerda, vem chamando atenção nos últimos anos os posicionamentos à direita ou mesmo antipartidários (Araújo; Perez, 2021).

Cientes da importância de reflexões e ações que considerem a diversidade das juventudes, o principal objetivo do trabalho foi, intencionalmente, pontuar esse aspecto nas abordagens sobre as juventudes e participação política. Logo, o objetivo central do artigo é destacar que no campo da participação política é fundamental considerar a diversidade das juventudes bem como a importância da inclusão delas nas decisões coletivas.

Para contextualizar a produção bibliográfica sobre participação política dos jovens, o trabalho também apresenta uma revisão geral sobre as publicações no campo. Esse panorama geral mostra a carência e a importância de mais trabalhos que explorem a participação política das juventudes – tarefa central do presente artigo.

Ao pontuar as diversidades das juventudes nos contrapomos a certas visões sobre elas, especialmente do senso comum, que entendem as juventudes como blocos homogêneos. Conforme essa visão do senso comum as juventudes são formadas por homens, brancos e estudantes que se interessam pouco pela política e quando o fazem ocupam as ruas com ideais progressistas.

De forma contrária a essas visões, mostramos no texto como a juventudes são diversas, tanto na sua composição quanto na prática política. A intenção maior do texto é abordar a importância dessas diversidades como um dos ensinamentos centrais das juventudes sobre como aprimorar nosso sistema democrático.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica. A revisão de artigos publicados sobre jovens foi feita pelas ferramentas disponibilizadas na plataforma Scielo. O Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) é uma plataforma essencial para a pesquisa acadêmica e a disseminação do conhecimento científico no Brasil e na América Latina. Utilizamos a plataforma para a busca de artigos sobre jovens e usamos os seus filtros como ano de publicação, área do conhecimento, nome da revista e artigos mais citados para detalhar as áreas em que são publicados os estudos sobre os jovens, bem como as principais abordagens.

De modo mais detalhado, na seção um do presente trabalho apresentamos um mapeamento de como as juventudes são abordadas pela literatura científica. Essa tarefa foi feita por meio da consulta a artigos científicos disponíveis no banco de artigos Scielo (América Latina) que contivessem a palavra “jovens” no título ou resumo, o que resultou em mais de 11 mil trabalhos. Primeiro analisamos os anos em que foram publicados. Depois abordamos as dez principais áreas que publicam trabalhos sobre juventudes, as dez principais revistas e um resumo do conteúdo dos dez artigos mais citados. Para finalizar retomamos brevemente autores centrais no campo das juventudes. Essa busca e análise da literatura sobre o campo das juventudes serviu para situar os principais temas e mostrou a carência de estudos sobre participação política.

Feito uma contextualização mais geral sobre os trabalhos na área de juventudes, a segunda seção do trabalho se dedica ao foco dele que é abordar aspectos da participação política por parte das juventudes. Esperávamos que a pesquisa no Scielo remetesse a trabalhos sobre participação política das juventudes de modo mais geral. No entanto, como demonstrado na sessão um, a maior parte dos trabalhos disponíveis no Scielo é feito na área da saúde e aqueles da área das ciências sociais se dedicam a estudos de caso com poucas reflexões gerais sobre o campo.

Diante dessa limitação a escolha dos textos sobre participação política das juventudes foi feita com base no conhecimento próprio. Selecionados a partir de conhecimento individual textos que exploram aspectos da participação política das juventudes que consideramos importante em uma revisão sobre o tema, a saber: a presença das juventudes nas ruas, a rejeição à política institucional, seus posiciona-

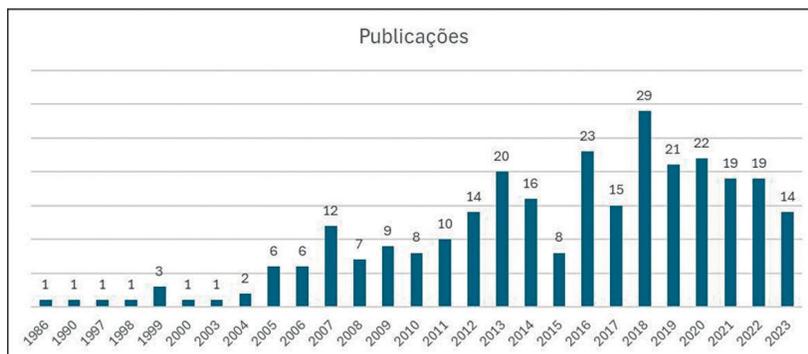
mentos à direita no espectro político e ideológico e a vinculação com organizações do tipo coletivos. Encerramos a segunda seção pontuando alguns ensinamentos das juventudes sobre como aprimorar a democracia por meio da inclusão das diversidades nas decisões coletivas. A escolha dos temas abordados dentro do campo possível da participação política das juventudes foi intencional: o objetivo foi acentuar a importância de um olhar sobre as diversidades das juventudes e sobre a importância da inclusão delas nas decisões coletivas.

Estudos sobre as juventudes

Nesta seção fazemos um balanço da produção bibliográfica sobre as juventudes conforme os artigos contidos no Scielo sobre jovens. Especificamente mostramos o crescimento de trabalhos, as principais áreas e revistas em que eles são publicados e o conteúdo dos artigos mais citados. Para complementar, mencionamos autoras centrais no campo das juventudes, ainda que seus trabalhos não tenham sido encontrados entre os mais citados no mecanismo de busca utilizado na presente pesquisa, o Scielo.

A construção social das juventudes, especialmente como sujeito de direitos, é recente e crescente. Uma prova do aumento da reflexão sobre as juventudes é o crescimento do número de artigos científicos publicados sobre os/as jovens, notadamente a partir de 2005. Em consulta ao site do Scielo por artigos que contivessem a palavra “jovens” encontramos mais de 11 mil trabalhos. Separamos parte desses trabalhos conforme o ano das publicações. Seguem os resultados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de artigos sobre jovens conforme ano de publicação



Fonte: Adaptado de Scielo, 2024.

O Gráfico 1 apresenta o número de publicações de artigos sobre jovens de 1986 até 2023, evidenciando um crescimento significativo na produção a partir de

2005. Até 2004, o número de publicações era baixo e estável, com poucos anos registrando mais de uma ou duas publicações. A partir de 2005, há um aumento notável, com picos de produção em 2012 e 2014, atingindo 20 e 23 publicações, respectivamente. O ano de 2018 marca o auge, com 29 publicações, seguido de uma estabilização em níveis elevados nos anos subsequentes, variando entre 14 e 22 publicações.

O aumento de artigos sobre jovens tem ao menos três explicações. Primeiro o número de artigos científicos cresceu como parte das exigências de publicização das pesquisas por parte dos pesquisadores e programas de pós-graduação. Em segundo lugar o aumento de publicações na área das juventudes mostra o crescente interesse pela temática. Em terceiro lugar os jovens e a própria juventude são uma categoria social e política recente. A necessidade de um olhar específico e de construção de políticas públicas para as juventudes foi gestada pelos movimentos sociais da área. Por conta da relação do campo movimentalista com o governo federal comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foram feitas normatizações para as juventudes: a principal delas é o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013. Isso mostra que a categoria política juventudes entrou de modo formal no campo das políticas públicas no Brasil há pouco mais de 10 anos.

Ainda conforme pesquisa realizada no site Scielo sobre as publicações do campo, os resultados mostram que os trabalhos científicos sobre os/as jovens são feitos em diversas áreas e sob diversos aspectos, dentre as quais destacamos a área da saúde.

Especificamente, filtramos no site do Scielo as publicações sobre jovens conforme as áreas temáticas definidas pela *Web of Science*. O resultado mostrou as dez principais áreas que publicam pesquisas sobre os/as jovens, a saber: Saúde (1825 artigos), Ciências (1805), Multidisciplinar (1539), Educacional (1279), Pesquisa (1250), Educação (1248), Ambiental (1004), Público (946), Psicologia (945) e Ocupacional (938). Os dados revelam então as diversas possibilidades de interpretações sobre as juventudes e como elas têm sido abordadas principalmente pelas áreas da saúde e educação.

É importante ter em conta que o grande número de artigos sobre jovens publicados na área da saúde em parte explica-se pelo fato de que ela é uma área que produz mais artigos do que as outras. No mesmo sentido, o grande volume de artigos na área da educação tem relação com o seu tamanho, embora nesse caso uma das explicações seja o fato de que o sistema educacional é ocupado principalmente por crianças, adolescentes e jovens.

O peso da área da saúde e da educação é ainda mais evidente quando selecionamos as revistas que mais publicam artigos sobre jovens. Para tanto, filtramos os resultados encontrados no Scielo conforme a revista em que foram publicados. As dez revistas que mais publicaram trabalhos sobre os/as jovens são: *Ciência &*

Saúde Coletiva (432), *Cadernos de Saúde Pública* (409), *Revista de Saúde Pública* (268), *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* (261), *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* (247), *Última Década* (191), *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano* (119), *Revista Brasileira de Epidemiologia* (112), *Saúde e Sociedade* (112) e *Ciência Rural* (98). A leitura dos títulos das revistas deixa mais evidente o predomínio da área da saúde nos estudos sobre os/as jovens.

Mas a seleção das revistas mostra um aspecto interessante, que é o fato de as juventudes constituírem um campo específico de estudos e publicações: duas revistas da área das ciências sociais publicam trabalhos especificamente voltados aos/as jovens. A *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* (a quarta com mais trabalhos sobre jovens) é dedicada às crianças e aos jovens na perspectiva das ciências sociais; a revista é publicada pelo Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude (Cinde) e pela Universidade de Manizales (Colômbia). Por sua vez, a *Revista Última Década* (sétima na publicação de artigos sobre jovens) é publicada semestralmente pelo Centro de Pesquisa e Ação Juvenil, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile. Nota-se que as duas revistas dedicadas especialmente ao campo das juventudes publicam trabalhos na área das ciências sociais - o que mostra a importância desse campo de reflexão nos estudos sobre o tema.

Selecionamos também no Scielo os 10 trabalhos mais citados que contivessem a palavra jovens no resumo. De forma geral os artigos mais citados abordam os seguintes temas (em ordem decrescente): saúde pública, psicologia, sociologia e estudos culturais.

Detalhando os conteúdos dos 10 artigos mais citados sobre jovens, parte deles aborda questões de saúde, desde os mecanismos de lesão cerebral associados a traumatismos até o uso de substâncias como o êxtase (MDMA) e seus efeitos farmacológicos e tóxicos. Outro tema central nos artigos mais citados é a vulnerabilidade dos jovens em contextos de pobreza, onde estão frequentemente expostos a diversas formas de violência e exclusão social. A transição dos jovens para a vida adulta, especialmente no que diz respeito ao trabalho e à educação, é outro foco significativo. As influências culturais e religiosas também são examinadas, especialmente na forma como moldam o comportamento dos jovens. Por fim, embora menos diretamente focados nos jovens, alguns artigos tocam na questão do envelhecimento populacional e suas implicações sociais. Notas a carência de estudos sobre participação política das juventudes.

Não apareceu nessa consulta autores conhecidos no campo das juventudes e ciências sociais, como Miriam Abramovay, Regina Novaes, Helena Abramo, José Machado Pais ou Maria da Gloria Gohn. No entanto, dada a importância dessas autoras/es, consideramos importante mencioná-los no presente trabalho. Miriam

Abramovay é uma socióloga pioneira na pesquisa sobre violência escolar e juventude no Brasil, destacando a conexão entre exclusão social e violência nas escolas. Regina Novaes, antropóloga, é reconhecida por suas pesquisas sobre juventude e religiosidade, sendo fundamental para compreender as relações entre juventude, cultura e religião no Brasil contemporâneo. Helena Abramo se destacou pelo estudo das culturas juvenis, analisando como os jovens constroem identidades e resistências por meio da música, moda e linguagem. José Machado Pais é um sociólogo português conhecido por seu trabalho sobre as transições juvenis para a vida adulta, explorando a importância da cultura e do lazer na formação das identidades juvenis. Por fim, Maria da Glória Gohn é uma referência fundamental nos estudos sobre juventudes, contribuindo significativamente para a compreensão das mobilizações juvenis e suas dinâmicas sociais no Brasil.

De forma resumida a revisão geral sobre os trabalhos no campo das juventudes mostra que ele é um campo recente e crescente com destaque para a área da saúde que possui muitas publicações sobre a saúde física e mental dos jovens. O campo carece de reflexões no campo da participação política, tarefa que empreendemos na seguinte seção.

Alguns aspectos da participação política das juventudes

Após a revisão geral do campo em que são publicados trabalhos sobre jovens, passamos agora a abordar alguns aspectos da participação política deles. Especificamente abordamos a importância da participação política dos jovens em protestos, eleições, a diversidade de ideologias políticas, formas contemporâneas de mobilização política a exemplo dos coletivos e ensinamentos das juventudes sobre a importância da inclusão das diversidades nas decisões coletivas. Tais aspectos foram escolhidos intencionalmente dado que o objetivo central do artigo é destacar que no campo da participação política é fundamental considerar a diversidade das juventudes bem como a importância da inclusão delas nas decisões coletivas.

Protestos

Ainda que uma certa visão insista em associar os(as) jovens à apatia política, o histórico da participação de organizações de juventudes em eventos importantes mostra a ativa e importante mobilização delas.

Apenas para citar alguns exemplos da participação das juventudes em protestos de rua, a União Nacional dos Estudantes (UNE) teve papel importante em eventos marcantes, tais como: a luta contra a ditadura militar, em meados dos

anos de 1960; as grandes passeatas conhecidas como “Diretas Já!”, que pediam eleições diretas para cargos do executivo no período anterior à redemocratização; os protestos conhecidos como “caras pintadas” contra a corrupção do governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992; em 2013, nas chamadas “Jornadas de Junho”, em que milhares de brasileiros saíram às ruas a favor de direitos sociais e contra o caráter excludente e pouco eficiente da política parlamentar; nas ocupações realizadas por estudantes em universidades e escolas do ensino médio, em defesa da educação, em 2016; e nos protestos de 2019 (os últimos antes da pandemia), quando os(as) jovens estudantes foram às ruas contra o bloqueio de recursos anunciados pelo Ministério da Educação naquele ano, já sob o governo Bolsonaro. Nem mesmo a pandemia foi capaz de conter a ativa luta política dos(as) jovens que foram para as ruas em protestos a favor da vacinação (Perez; Vommaro, 2023).

No maior ciclo de protestos na história recente do Brasil, Junho de 2013, as juventudes, junto com milhares de brasileiros, foram às ruas com pautas diversas que incluíam direito à cidade, reconhecimento de direitos para mulheres, negros, população LGBTQIA+, além de críticas ao Estado que seria corrupto e incapaz de garantir direitos sociais (Perez, 2021).

E os protestos não se encerraram em Junho, pelo contrário, eles se multiplicaram. As ruas passaram a revelar uma disputa em torno de projetos mais à esquerda ou à direita no espectro político e ideológico: de um lado os manifestantes à esquerda defendiam o Partido dos Trabalhadores, direitos para grupos mais sujeitos a opressões sociais e de forma ampla a própria democracia; de outro lado os defensores do projeto representado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro atacavam as pautas da esquerda e a própria democracia (Perez, 2021).

Mas as ruas não são a única forma de participação política das juventudes, embora seja um espaço importante e por vezes associado como o principal *locus* de atuação política das/os jovens.

Juventudes, partidos e eleições

Uma certa crítica a uma possível apatia das juventudes pode levar a crer que elas não se interessam pelas eleições e que não fariam a diferença nos pleitos. No entanto, no Brasil os/as jovens entre 16 e 29 anos somam 24% do eleitorado brasileiro, ou seja, quase um quarto do total de eleitores em 2022.

O envolvimento das juventudes com as eleições já ocorre e pode ser ainda mais estimulado. Por exemplo, no começo do ano de 2022 o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (TSE) começou a divulgar dados que apontavam para o declínio do interesse do eleitor jovem pela votação que passou de 4 milhões para menos de

900 mil pessoas em 10 anos. O estímulo ao voto dos eleitores menores de 18 anos foi pauta de campanhas movidas pelo TSE e encampada pela sociedade. Como resultado, no final de 2022 havia 2.116.781 de eleitoras e eleitores entre 16 e 17 anos aptos a votar nas urnas eletrônicas, representando mais de 1,3% do total do eleitorado nacional. Houve um crescimento de 51% de futuros votantes quando comparado com o ano de 2018, quando essa faixa etária somava 1,4 milhão de votantes (0,95% do total) (TSE, 2023). Apenas em março de 2022, no ápice da campanha das mídias, 290 mil adolescentes tiraram o título, um aumento de 45% em relação ao mês anterior (G1, 2022). Tais resultados mostram sinais positivos em relação ao interesse dos/as jovens pelas eleições.

O que os estudos mostram não é que os jovens se desinteressam pela política em geral, mas sim pela forma como os partidos políticos a exercem (Araújo; Perez, 2021). A rejeição aos partidos políticos tem se revelado inclusive como antipartidarismo (sentimentos desfavoráveis e rejeição a qualquer partido político). O antipartidarismo dos/as jovens tem relação com experiências negativas a respeito dos partidos e com o histórico de formação das democracias, que levaria a uma baixa percepção do eleitor sobre a necessidade de existência dos partidos políticos (Araújo; Perez, 2021).

Adicionando a essa explicação, as juventudes especialmente desconfiam dos partidos políticos por outras razões. Uma delas é a dificuldade de entrada nessas instituições dominadas pelo mesmo perfil da elite política: homens, brancos, velhos, de classes sociais e regiões mais abastadas. De fato, a presença de deputados federais jovens (até 29 anos) no parlamento brasileiro é ainda pequena: dos 513 congressistas da atual legislatura, apenas 18 são jovens. Esse dado mostra a dificuldade de os jovens ganharem espaços em arenas dominadas pelos adultos e velhos, tais como o parlamento.

Outro motivo que explica essa desconfiança em relação aos partidos são as constantes campanhas contra o maior e mais forte partido: o Partido dos Trabalhadores (PT), responsável pela eleição de cinco mandatos dos seis eleitos nos últimos 20 anos. É importante lembrar que em 2011 os casos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT) foram julgados e transmitidos pela televisão aberta com intensa cobertura da mídia. Fruto daquele contexto, os partidos políticos foram associados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ele com casos de corrupção. Esse é um dos germes do maior ciclo de protestos do período democrático brasileiro: Junho de 2013 (Perez, 2021).

Os protestos de Junho de 2013 revelaram intensas críticas à forma como a política é exercida nas arenas tradicionais, especialmente pelos partidos políticos. Inclusive muitos manifestantes foram hostis à presença de bandeiras de partidos políticos em Junho de 2013 (Perez, 2021).

Mas nem essa desconfiança é capaz de afastar e tirar o protagonismo das juventudes nos partidos políticos e nas eleições. Basta lembrar a eleição de jovens como Nikolas Ferreira para deputado federal no último pleito com 1,47 milhões de votos - o que o levou a ser o deputado federal mais votado do Brasil e da história de Minas Gerais.

2.3 Juventudes e ideologia política

A tônica na diversidade das juventudes também deve servir como guia para analisar o seu comportamento político e mais especificamente o alinhamento ideológico.

Por conta da participação das juventudes em movimentos sociais e em momentos importantes de transformação política em sentido progressista, construiu-se uma certa percepção de que os/as jovens se posicionam sempre à esquerda e são atores revolucionários. Os escritos sobre as juventudes reproduziram e reforçaram essa percepção. De fato, os primeiros estudos sobre juventude tenderam a abordar a temática sobre o viés da transformação social, compreendendo a juventude como um ator, se não central, ao menos relevante nos movimentos sociais e nas revoluções dos padrões de comportamento social (Melucci, 2001).

No entanto, na última década tem se tornado mais evidente a participação das juventudes não apenas em movimentos sociais à esquerda, mas também em movimentos reacionários e conservadores. Por exemplo, no Brasil em meados de 2015 e 2016 o Movimento Brasil Livre (MBL) teve grande destaque na política brasileira na medida em que organizou numerosas manifestações a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

A eleição de deputados federais jovens também revela a diversidade de posicionamentos políticos das juventudes: são eleitos deputados tanto ligados a partidos de direita quanto de esquerda.

Para mostrar essa diversidade, nomeamos a seguir os deputados federais jovens (até 29 anos) eleitos em 2022, separando-os conforme as ideologias dos seus partidos. Entre os deputados jovens de esquerda, destacam-se Tabata Amaral, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Pedro Campos, também do PSB, Dandara, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Camila Jara, também do PT. No campo da direita, estão Nikolas Ferreira, André Fernandes, Matheus Noronha e Ícaro de Valmir, todos do Partido Liberal (PL), além de Neto Carletto, Amanda Gentil e Lula da Fonte, do Progressistas (PP) e Emanuelzinho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na extrema-direita, encontramos Kim Kataguiri e Yandra de André, ambos da União Brasil (UNIÃO), Pedro Aihara, do Patriota (PATRIOTA). Amom Mandel, do Cidadania (CIDADANIA) e Maria Arraes, do Solidariedade (SOLIDARIEDADE), ocupam posições no centro-direita.

Esses dados então negam certa percepção do senso comum que associa a juventude com a esquerda, já que é grande a presença de deputados à direita. Os resultados também confirmam o argumento principal do presente artigo que é o fato de que as juventudes são diversas.

O que talvez mais surpreenda é a divisão quase equânime entre jovens que se posicionam à esquerda e à direita. Conforme estudos de Araújo, Barros e Perez (2023) base nos dados do Latinobarômetro de 2020, no Brasil há uma diferença pequena de jovens à esquerda (25%) em relação aos/as jovens que se posicionam à direita (20%). Constata-se então que essa associação das juventudes com a esquerda não se sustenta quando olhamos a realidade empírica e os dados científicos.

Mas é importante mencionar também as juventudes que se posicionam ao centro, quase metade (49,2%) dos/as jovens pesquisados no Latinobarômetro de 2020 (Araújo, Barros e Perez, 2023). A opção pelo centro pode ser explicada de fato por uma opinião moderada ou pela dificuldade de identificação ideológica.

Mas também é importante mencionar o medo das juventudes em se posicionar politicamente. Carrano (2024) argumenta que a crescente polarização política no Brasil cria um ambiente hostil para os jovens que desejam expressar suas opiniões políticas. Muitos jovens temem a rejeição social, o que os leva a evitar o debate político, especialmente nas redes sociais, onde a discussão tende a ser muitas vezes mais agressiva. Outro ponto destacado pelo autor é o medo de represálias, tanto no ambiente familiar quanto social. Os jovens sentem que suas opiniões podem ser mal interpretadas ou que podem enfrentar consequências negativas por expressarem suas crenças políticas, o que os leva a adotar uma postura de silêncio ou neutralidade.

Sobre esse ponto é importante mencionar que no Brasil com a ascensão do projeto político à direita têm ganhado tónus propostas de censura contra os ideais da esquerda. Especialmente nas escolas, projetos como “escola sem partido” e contra a proibição da discussão do que eles chamam de “ideologia de gênero” tem levado a uma censura velada e, por vezes, explícita. As pautas da esquerda quando são discutidas nas escolas são temas de muito receio, a exemplo dos feminismos e de um modo mais geral da redução das desigualdades sociais.

O Brasil viveu durante os anos do governo Jair Bolsonaro (2018-2022) um período de censura e cerceamento dos direitos civis básicos. O país passa agora por um período de reconstrução que convive com os legados do autoritarismo. Mesmo assim, parte das juventudes não se furtam ao seu papel histórico de se posicionarem, a exemplo das suas presenças nas ruas e nas redes sociais interpelando comportamentos que corroboram para as diversas desigualdades sociais, a exemplo dos machismos e racismos.

2.4 Coletivos

A diversidade das juventudes também é revelada nas formas com as quais elas se organizam politicamente. As juventudes se vinculam a movimentos sociais, partidos políticos e recentemente em organizações chamadas de coletivos. É importante analisar os coletivos porque além deles indicarem a diversidade de formas de participação política das juventudes, eles são criados justamente para incluir essas diversidades nas decisões de uma organização.

Embora não haja uma definição única que abarque os distintos tipos de organizações que se definem dessa forma, trata-se de mobilizações políticas mais fluidas e horizontais (Perez; Souza, 2020).

Esse tipo de organização começou a se multiplicar depois das Jornadas de 2013. As juventudes que participaram de Junho de 2013 criticavam a forma como política é exercida em organizações tradicionais, a exemplo dos partidos políticos. Essas organizações tradicionais seriam extremamente hierárquicas, centralizadas e pouco inclusivas. Para superar esses limites as juventudes vêm se organizando de modo mais horizontal por meio de coletivos. Como vários/as jovens foram socializados politicamente no ciclo de protestos de 2013, eles passaram a se organizar dessa forma (Perez, 2019).

Os coletivos em geral defendem a inclusão das diversidades no campo dos direitos e nas decisões políticas. Eles fazem isso primeiro atuando em prol dos grupos com mais dificuldade de acesso a direitos, tais como mulheres, negros/as, população LGBTQIA+, jovens e moradores de periferias (Rios; Perez; Ricoldi, 2018). Essa atuação é feita, por exemplo, por meio de denúncias de casos de violação de direitos que revelam machismos, racismos e LGBTfobia e encaminhamentos no sentido de preservar e/ou construir mais direitos.

Em segundo lugar, os coletivos consideram que essa população (mulheres, negros/as, população LGBTQIA+, jovens e moradores de periferias) deve estar presente nas decisões das organizações. Para esses/as jovens não basta que o Estado concretize direitos (embora isso seja fundamental). Ampliando a concepção de inclusão, os coletivos defendem que grupos aliados das decisões públicas devem ter a possibilidade de decidir sobre assuntos importantes e em todas as organizações, inclusive nos coletivos dos quais fazem parte (Perez; Souza, 2020).

Os coletivos então reivindicam mais do que a inclusão da maior parte da população no campo dos direitos sociais, eles querem a inclusão dela em todas as decisões coletivas – por isso são os primeiros a proporcionarem essa inclusão. Há uma exigência para que as estruturas organizativas permitam a inclusão de grupos aliados das decisões políticas. E essas exigências não são apenas discursivas: os próprios coletivos são criados para permitir a participação desses grupos de forma coletiva e horizontal.

Logo, as juventudes estão se organizando politicamente de formas diversas daquelas tradicionais em outras gerações – a exemplo dos partidos, considerados por parte das juventudes como excessivamente hierarquizados, burocráticos e por isso ineficientes (Perez; Souza, 2020).

No entanto, a formação de coletivos não significa que os/as jovens não se vinculem a partidos políticos ou organizações tradicionais, mas sim que há uma crítica a eles e uma tentativa de mudança, ainda que por dentro. Daí a presença, por exemplo, de coletivos feministas e negros mesmo dentro dos partidos políticos. A presença de coletivos dentro dos partidos políticos também demonstra a diversidade de atuação política por parte das juventudes.

2.5 A importância das diversidades para aprimorar a democracia

As juventudes têm ensinado que as diversidades são importantes para a compreensão das desigualdades sociais. Mas elas também têm ensinado que as diversidades são a chave para aprimorar o sistema democrático.

Explorando melhor esses ensinamentos, os/as jovens expressam em diversas pesquisas (Perez; Souza, 2020) uma constatação de que as instituições democráticas não foram e não são suficientes para melhorar substancialmente as suas vidas. Ou seja, o Brasil teria avançado em termos de uma democracia eleitoral, mas não em termos de uma democracia substantiva capaz de reduzir as grandes e diversas desigualdades sociais.

Parte dessas percepções explica-se por conta da intensa mobilização da sociedade civil no Brasil que vem mostrando que as desigualdades sociais são mais amplas do que aquelas relacionadas à classe social e se interseccionam com gênero, raça, sexualidade, geração e região (Perez; Ricoldi, 2023). Os/as jovens ao constatarem que as instituições democráticas excluem e reproduzem por exemplo o racismo e o sexismo no Brasil, desenvolvem um forte sentimento de rejeição a elas.

As juventudes então mostram os problemas do nosso sistema democrático e indicam a solução para ele. O regime democrático se aprimoraria por meio da transformação das instituições no sentido de serem mais horizontais e inclusivas. A inclusão passaria pelo campo dos direitos e pelo compartilhamento das principais decisões das organizações com a maioria da população brasileira - mulheres, negros/as, população LGBTQIA+, jovens e moradores de periferias.

As instituições deveriam seguir os exemplos dos coletivos que se pautam justamente por essa inclusão. Os coletivos são mais horizontais e com menor peso das lideranças, proporcionando a participação de todos os seus membros nas decisões coletivas (Perez; Souza, 2020). Esse modelo de organização superaria os

limites daquelas consideradas ineficientes por serem mais fechadas e hierárquicas, a exemplo dos partidos políticos.

Relacionando esses dois recados, os/as jovens estão forçando as organizações políticas a se abrirem à diversidade da população brasileira. Eles ensinam que todas as decisões coletivas, inclusive aquelas mais importantes, devem ser feitas incluindo os grupos mais afetados pela presença ou ausência de políticas públicas. Chamamos essa defesa da inclusão das diversidades nas decisões coletivas de democratização das instituições.

A democratização das instituições seria alcançada por meio da inclusão das diversidades (mulheres, negros, jovens, moradores de periferias, população LGBTQIA+) nas decisões coletivas de todas as organizações.

Essa população por vezes chamada de minorias na verdade é a maioria. Ela deveria então participar das decisões que afetam as suas próprias vidas - conforme os ensinamentos dos/as jovens organizados em coletivos.

Por meio da democratização as instituições seriam capazes de chegar a decisões e ações mais próximas da realidade da maioria da população, já que elas participaram dessas decisões. Desse modo teríamos ações mais efetivas, pois formuladas a partir do olhar daqueles que têm menos acesso a direitos.

Com a democratização das instituições seria possível o alcance de uma democracia substantiva, capaz de reduzir as desigualdades sociais e garantir direitos para todos. O alcance dessa democracia estimularia as juventudes e toda a população a apoiar esse tipo de regime. Logo, a saída para os constantes flertes e golpes da direita seria a busca por um outro ideal de democracia, mais inclusivo e coletivo.

Considerações finais

O trabalho apresenta um panorama geral das publicações sobre as juventudes mostrando o predomínio da área de saúde. A carência de trabalho sobre juventudes e política mostra a necessidade de trabalhos nessa direção. Nesse sentido sugerimos a ampliação de fóruns de debates sobre as juventudes nas ciências sociais.

Mostramos também no trabalho a importância do olhar sobre as diversidades das juventudes com suas vastas formas de participação política. A importância da diversidade tem sido ensinada pelas juventudes e essa deve ser uma perspectiva sempre presente na reflexão e ação no campo das ciências sociais.

Mas o que mais gostaríamos de destacar no trabalho são os ensinamentos das juventudes sobre as desigualdades sociais e formas de combatê-las. As juventudes têm ensinado que as desigualdades têm relação com o fato de que a maioria da população - mulheres, negras/os, LGBTQIA+, jovens e moradores de periferia - não está incluída nas principais decisões que dizem respeito ao coletivo. Com o

argumento de lugar de fala esses jovens vêm forçando as gerações mais velhas a se abrirem para novas formas de agir e de pensar que pedem a democratização de todos os espaços de poder.

De fato, essas mudanças não são simples e nem imediatas. A inclusão da maior parte da população nos cargos de poder requer que aqueles que ocupam os cargos de decisão se abram para grupos com os quais eles não estão acostumados a partilhar. É preciso primeiro uma postura de abertura diante do que as juventudes têm a ensinar. Mas é preciso principalmente incluir as juventudes nas decisões políticas e coletivas.

Deixamos então como sugestão que os(as) jovens sejam ouvidos e incluídos nos assuntos que fazem parte do cotidiano deles(as) e nos outros também, considerando que eles(as) têm importantes recados sobre como a prática política pode levar a uma sociedade mais justa. Conforme os ensinamentos dos/as jovens, uma sociedade mais justa deve ser construída com a inclusão das diversidades, passando pela inclusão dos próprios(as) jovens.

Acreditamos que se ouvidos e incorporadas as sugestões das juventudes relacionadas à inclusão das diversidades nas instituições - o que chamamos de democratização das instituições – podemos impulsionar o nosso sistema para uma democracia que substancialmente consiga promover a redução das diversas desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. O.; BARROS, R. F.; PEREZ, O. C. Jóvenes de derecha e izquierda en una perspectiva comparada Brasil y Argentina. **Millcayac**, v. X, p. 1, 2023.

ARAUJO, R. de O.; PEREZ, O. C. Juventudes e Cultura Política: ideologia como marcador social de diferença entre os jovens. **Cronia**, v. 19, p. 79-87, 2023.

ARAUJO, R. de O.; PEREZ, O. C. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 26, n. 50, 2021. DOI: 10.52780/res.14764. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14764>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, 76, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CfL4dNDJTGmPcFtTWzHdkqs/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

CARRANO, P. Juventude e política: entre o silêncio e a ação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. 45-62, 2024.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

G1. Número de jovens de até 17 anos que tiraram título de eleitor cresce 45% de fevereiro para março. **Jornal Nacional**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/05/numero-de-jovens-de-ate-17-anos-que-tiraram-titulo-de-eleitor-cresce-45percent-de-fevereiro-para-marco.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2024.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREZ, O. C. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Izquierdas**, São Paulo, v. 1, p. 1-16, 2021.

PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, São Paulo, n. 25, p. 577-596, 2019.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v. 31, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3D7wFT8QmwRfJMv38PrG4tN/#>. Acesso em: 10 set. 2024.

PEREZ, O. C.; SOUZA, B. M. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, (01): 1-19, 2020.

PEREZ, O. C.; VOMMARO, P. Pautas da juventude estudantil no Brasil e na Argentina durante a pandemia. **Civitas**, Porto Alegre, v. 23, 2023.

RIOS, F.; PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, p. 36-51, 2018.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Campanhas da Justiça Eleitoral contribuem para crescimento do voto jovem. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/campanhas-da-justica-eleitoral-contribuem-para-crescimento-do-voto-jovem>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina**: tendencias, conflictos y desafíos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2015.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ pela bolsa de produtividade em pesquisa

Olivia Cristina Perez

Submetido em: 30/06/2024

Aprovado em: 06/08/2024